

Portugal renegocia com o FMI e consegue elevar o déficit público

por Diana Smith
do Financial Times

O governo português foi autorizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a elevar seu déficit público deste ano a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta original era de 7%, tendo sido estabelecida na carta de intenção de outubro de 1983, pela qual o governo português comprometeu-se a seguir um austero programa de ajuste de dezoito meses, em troca de um empréstimo de 445 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES) por parte do FMI.

A carta de intenção revisada, arduamente negociada com o FMI entre fevereiro e junho passados e agora publicada após sua ratificação, na semana passada, pelo conselho do FMI, revela que, embora as estritas medidas tenham melhorado dramaticamente o balanço da conta corrente, seus efeitos sobre a economia reduziram os impostos e a receita do seguro social de tal forma que tornou inevitável a elevação do déficit do orçamento público.

A forte compressão da demanda, combinada com um aumento das exportações, permitiu uma redução do déficit da conta corrente de US\$ 3,2 bilhões (13,2% do PIB) em 1982 a US\$ 1,7 bilhão (8% do PIB) em 1983. A meta para este ano, que as autoridades esperam cumprir sem dificuldades, é de US\$ 1,25 bilhão.

COMPROMISSOS

Mas o governo continuou comprometido em conter os gastos e investimentos públicos, reduzindo estes últimos, de acordo com a carta revisada, em 7%.

Também continuará a elevar, quando necessário, os preços de bens e serviços públicos efetuados por empresas estatais, de forma a melhorar a receita dessas companhias e compensar aumentos nos bens importados.

Em particular, a tarifa da energia elétrica será elevada substancialmente nas províncias. Há vários anos as autoridades locais seguram os preços aos consumidores, recusando-se a

pagar a taxa adequada ao fornecedor, a EDP — Electricidade de Portugal.

Em resultado, a EDP acumulou uma dívida de 30 bilhões de escudos (US\$ 210 milhões) em pagamentos não saldados das autoridades locais, sendo forçada a captar elevados empréstimos a nível interno e externo para cobrir os gastos operacionais.

A carta de intenção também compromete o governo a reduzir o volume de empregos no setor público, melhorando paralelamente a assistência ao desemprego.

A carta confirma ainda que a tributação direta será submetida a um estudo neste semestre, devendo ser adotadas medidas mais rigorosas para o recolhimento de impostos e contribuições sociais. O recentemente anunciado progra-

ma de recuperação de três anos inclui a introdução do imposto sobre o valor adicionado (VAT) no segundo semestre de 1985, em preparação para o ingresso na Comunidade Económica Europeia.

O governo também reiterou na carta sua resolução em reduzir a inflação para cerca de 23% até o final do ano, após o salto a 34% no final de 1983.

Alguns analistas observaram que, embora os negociadores do FMI estejam satisfeitos com o êxito das autoridades portuguesas em reduzir os desequilíbrios externos, teriam alguns reparos a fazer quanto à forma como as finanças públicas estão sendo geridas, além de estarem francamente descontentes com a alta taxa de inflação deste ano.